

HRZ Transmissão ES S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2023 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores da
HRZ Transmissão ES S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da HRZ Transmissão ES S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da HRZ Transmissão ES S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principal assunto de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Ativo contratual

Conforme divulgado na nota explicativa nº 9 às demonstrações financeiras, a Companhia atua como prestadora de serviços, conforme contrato de concessão, sendo remunerada pela construção e implementação da infraestrutura de transmissão de energia elétrica, bem como pela manutenção e operação de referida estrutura. Durante a sua fase de construção, a Companhia constitui, em contrapartida à receita de construção, um ativo contratual, o qual passa a ser amortizado após o início das operações, à medida em que a Companhia executa a operação e manutenção da estrutura construída, e conforme o recebimento da remuneração pelo cumprimento de ambas as obrigações de performance.

Em 31 de dezembro de 2023, o saldo do ativo da concessão da Companhia é de R\$238.947 mil.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about

A Deloitte fornece serviços de auditoria e asseguração, consultoria tributária, consultoria empresarial, assessoria financeira e consultoria em gestão de riscos para quase 90% das organizações da lista da Fortune Global 500® e milhares de outras empresas. Nossas pessoas proporcionam resultados mensuráveis e duradouros para ajudar a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir aos clientes transformar e prosperar, e lideram o caminho para uma economia mais forte, uma sociedade mais equitativa e um mundo sustentável. Com base nos seus mais de 175 anos de história, a Deloitte abrange mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 457 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo causam um impacto importante em www.deloitte.com.

Por se tratar de um contrato de longo prazo, onde a Administração utiliza critérios e premissas relevantes, complexas e com certo grau de subjetividade na determinação da taxa implícita para mensuração do ativo de contrato no começo da concessão e devido à relevância dos valores para as demonstrações financeiras e para os acionistas da Companhia, a mensuração do ativo de contrato depende atenção do time mais experiente de auditoria para a avaliação das informações e cálculos. Desta forma, consideramos o tema como um assunto significativo para a nossa auditoria.

Dessa forma, nossos principais procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) avaliação do desenho e da implementação das atividades de controles internos relevantes associadas com a revisão das informações utilizadas como base para o cálculo do ativo e da receita de contrato; (ii) entendimento do processo de reconhecimento do ativo contratual e de suas respectivas receitas, por natureza; (iii) entendimento dos critérios e premissas utilizados na determinação da taxa implícita aplicada no fluxos de recebimento futuro; (iv) recálculo da remuneração financeira dos ativos da concessão, a partir das condições contratuais estabelecidas e demais premissas utilizadas pela Companhia; (v) confronto dos valores da Receita Anual Permitida – RAP homologadas e vigentes com os controles de movimentação e atualização do ativo contratual da Companhia; (vi) avaliação das divulgações efetuadas pela Administração nas demonstrações financeiras; e (vii) avaliação dos valores indenizáveis ao final do contrato de concessão.

Nossos procedimentos anteriormente descritos e as evidências de auditoria obtidas que suportam os nossos testes revelaram determinada deficiência de controles internos relacionada ao processo de revisão do fluxo de ativo de contrato, bem como ajuste imaterial, que nos levaram a alterar a natureza dos procedimentos de auditoria inicialmente desenhados para obter evidência de auditoria suficiente e apropriada. A Administração, como parte de sua avaliação, decidiu não registrar o ajuste, por ter sido considerado imaterial nas demonstrações financeiras.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados relacionados à mensuração do ativo contratual da Companhia e nas evidências de auditoria obtidas que suportam os nossos testes, entendemos que os critérios de mensuração do ativo da concessão adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa nº 9 às demonstrações financeiras, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 tomadas em conjunto.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

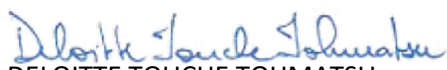
Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

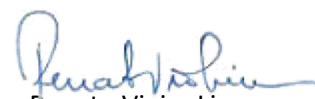
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 28 de março de 2024


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8


Renato Vieira Lima
Contador
CRC nº 1 SP 257330/O-5

HRZ TRANSMISSÃO ES S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(em milhares de Reais - R\$)

ATIVO	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	4.295	17.756
Disponibilidade da rede elétrica	6	3.633	2.754
Impostos a Recuperar		257	463
Ativo contratual	9	24.103	25.083
Outros créditos		406	282
Total do Ativo Circulante		<u>32.694</u>	<u>46.338</u>
Não circulante			
Depósitos vinculados	12	4.333	4.398
Ativo contratual	9	214.844	210.028
Imobilizado		124	68
Total do Ativo Não circulante		<u>219.301</u>	<u>214.494</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>251.995</u>	<u>260.832</u>
PASSIVO	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Circulante			
Fornecedores		899	907
Imposto de renda e Contribuição social a recolher		216	268
Outros tributos a recolher		152	162
Dividendos	10	14.614	12.262
Debêntures	11	12.215	12.581
Provisões		393	-
Partes Relacionadas	8	6.003	18.560
Outras contas a pagar		392	305
Total do Passivo Circulante		<u>34.884</u>	<u>45.045</u>
Não circulante			
PIS e COFINS diferidos	7	8.722	8.554
Imposto de renda e Contribuição social diferidos	7	7.360	7.241
Debêntures	11	101.330	106.752
Provisões	12	5.601	6.197
Outras contas a pagar		856	856
Total do Passivo Não circulante		<u>123.869</u>	<u>129.600</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	13		
Capital social		11.689	11.689
Reservas de lucros		81.553	74.498
Total do Patrimônio líquido		<u>93.242</u>	<u>86.187</u>
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>251.995</u>	<u>260.832</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

HRZ TRANSMISSÃO ES S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(em milhares de Reais - R\$)

	Nota	2023	2022
Receita líquida	14	<u>32.092</u>	<u>34.334</u>
Custo de operação	15	<u>(2.299)</u>	<u>(1.706)</u>
Lucro Bruto		<u>29.793</u>	<u>32.628</u>
Despesas e Receitas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	16	(813)	(2.427)
Outras despesas e receitas operacionais	16	<u>14</u>	<u>2</u>
Total de Despesas e Receitas Operacionais		<u>(799)</u>	<u>(2.425)</u>
Resultado antes do Resultado financeiro e tributos		<u>28.994</u>	<u>30.203</u>
Receitas financeiras	17	898	1.810
Despesas financeiras	17	<u>(19.192)</u>	<u>(18.715)</u>
Total de Resultado Financeiro		<u>(18.294)</u>	<u>(16.905)</u>
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		<u>10.700</u>	<u>13.298</u>
Tributos sobre o lucro			
Imposto de renda e contribuição social correntes	18	(1.175)	(1.422)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	<u>(118)</u>	<u>(308)</u>
Resultado financeiro		<u>(1.293)</u>	<u>(1.730)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>9.407</u>	<u>11.568</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

HRZ TRANSMISSÃO ES S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(em milhares de Reais - R\$)

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Lucro líquido do exercício	9.407	11.568
Resultado abrangente do exercício	<u>9.407</u>	<u>11.568</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

HRZ TRANSMISSÃO ES S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(em milhares de Reais - R\$)

	<u>Capital Social</u>	<u>Retenção de Lucros</u>	<u>Reserva legal</u>	<u>Reserva de Lucros a Realizar</u>	<u>Lucro (Prejuízos) acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2021	<u>11.689</u>	<u>4.707</u>	<u>2.338</u>	<u>58.777</u>	<u>-</u>	<u>77.511</u>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	11.568	11.568
Transferência entre reservas	-	(4.707)	-	4.707	-	-
Reserva de lucros a realizar	-	-	-	8.676	(8.676)	-
Dividendos mínimos	-	-	-	-	(2.892)	(2.892)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	<u>11.689</u>	<u>-</u>	<u>2.338</u>	<u>72.160</u>	<u>-</u>	<u>86.187</u>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	9.407	9.407
Reserva de lucros a realizar	-	-	-	7.055	(7.055)	-
Dividendos mínimos	-	-	-	-	(2.352)	(2.352)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	<u>11.689</u>	<u>-</u>	<u>2.338</u>	<u>79.215</u>	<u>-</u>	<u>93.242</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

HRZ TRANSMISSÃO ES S.A.

DEMONSTRAÇÕES DE FLUXO DE CAIXA

(em milhares de Reais - R\$)

	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes dos tributos sobre o Lucro	10.699	13.298
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais		
PIS e COFINS diferidos	167	338
IRPJ e CSLL diferidos	-	(308)
Remuneração dos Ativos da concessão	(27.115)	(25.556)
Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos e debêntures	15.083	16.916
Provisões e atualizações monetárias cíveis, fiscais e trabalhistas	(202)	764
Provisões para licenças ambientais - atualização monetária e AVP	-	(35)
Partes Relacionadas	842	1.520
	<u>(526)</u>	<u>6.937</u>
(Aumento) diminuição de ativos operacionais		
Disponibilidade da Rede Elétrica	(880)	290
Ativos da concessão	23.279	16.576
Imposto de renda e contribuição social a compensar	206	(219)
Outros tributos compensáveis	-	34
Depósitos vinculados	65	166
Outros ativos operacionais	(123)	(42)
	<u>22.547</u>	<u>16.805</u>
Aumento (diminuição) de passivos operacionais		
Fornecedores	(7)	365
Imposto de renda e contribuição social a recolher	(337)	(595)
Outros tributos a recolher	(11)	311
Outros passivos operacionais	88	(155)
	<u>(267)</u>	<u>(74)</u>
Caixa proveniente das atividades operacionais	<u>21.754</u>	<u>23.668</u>
Juros pagos	(8.504)	(9.120)
Juros pagos - Partes relacionadas	(1.724)	-
Imposto de renda e contribuição social pagos	(889)	(816)
	<u>10.637</u>	<u>13.732</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Adições ao Imobilizado	(56)	(48)
Caixa líquido aplicados nas atividades de investimento	<u>(56)</u>	<u>(48)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Amortização das debêntures - principal	(12.367)	(13.183)
Partes relacionadas	(11.675)	17.041
Pagamento de dividendos	-	(6.883)
Caixa líquido aplicados nas atividades de financiamento	<u>(24.042)</u>	<u>(3.025)</u>
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>(13.461)</u>	<u>10.659</u>
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	4.295	17.756
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	17.756	7.097
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>(13.461)</u>	<u>10.659</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de Reais - R\$)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A HRZ Transmissão ES S.A. (Companhia) é de uma sociedade anônima de capital fechado, concessionária de serviço público de energia elétrica, controlada integral da HRZ Transmissão e Participações S.A. (HRZ), com sede no município de São Paulo - SP. A Companhia tem como objeto social a realização de estudos, projetos, construção, instalação, operação e exploração de linhas de transmissão de energia elétrica, a prática de atos de comércio em geral relacionados a essa atividade e, ainda, a participação em outras sociedades, empreendimentos e consórcios, como acionista, sócia ou consorciada.

Em 28 de dezembro de 2018, o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS emitiu o termo de liberação das instalações da Companhia referente ao início de sua operação comercial, retroativo a 23 de dezembro de 2018. A sua entrada em operação foi antecipada em 20 meses frente ao calendário da ANEEL e 10 meses em relação à premissa adotada pela Companhia no leilão.

1.1. Capital Circulante Líquido - CCL

O capital circulante líquido da Companhia, que corresponde à diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante, em 31 de dezembro de 2023 foi negativo em R\$2.190 (R\$1.293 positivo em 31 de dezembro de 2022). O capital circulante líquido é decorrente de um passivo circulante que inclui debêntures a serem liquidadas nos próximos 12 meses, além de saldos a pagar com partes relacionadas enquanto o ativo circulante contempla apenas a parcela de RAP de O&M mensal. A Companhia não identificou outros indicativos sobre a existência de incerteza relevante quanto à continuidade operacional, uma vez a geração de caixa futura será suficiente para cobrir as necessidades financeiras ao longo do próximo ano.

2. CONCESSÃO

Em 28 de outubro de 2016, a EDP - Energias do Brasil (antiga controladora da Companhia) arrematou o lote 24 da 2ª Etapa do Leilão para Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 13/2015, realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. O lote foi composto por uma linha de transmissão de 113 km e uma subestação localizada no Estado do Espírito Santo.

A EDP - Energias do Brasil (antiga controladora da Companhia) definiu que a Companhia seria a Sociedade de Propósito Específico - SPE detentora da concessão e, em 10 de fevereiro de 2017, a Companhia assinou junto à União o Contrato de Concessão nº 21/2017 com as seguintes características:

Extensão da linha	Modalidade	Outorga	Estado	Descrição da Linha	Início	Término	Prorrogação
113 Km	Serviço Público	Concessão	ES	LT230Kv; SE 230/138-3.8 kV	10/02/2017	09/02/2047	Pode ser prorrogada a critério do Poder concedente

O contrato apresenta vigência de 30 anos a partir da data de assinatura com o Poder Concedente e assegura a Receita Anual Permitida - RAP após entrada em operação do empreendimento.

2.1. Receita anual permitida - RAP

O Contrato de Concessão estabelece que a Companhia, pela prestação de serviço público de transmissão, tem direito de receber a RAP de R\$20.718 a partir da data de disponibilidade para operação comercial das instalações de transmissão. A RAP não inclui o montante necessário à cobertura do PIS e da COFINS e tem por finalidade remunerar os investimentos na infraestrutura da concessão e os serviços de operação e manutenção da linha de transmissão.

A RAP, de acordo com o contrato de concessão, terá revisão em intervalos periódicos de 5 anos, sendo a próxima prevista para 2027, contados do primeiro mês de julho subsequente à assinatura do mesmo, observando-se os parâmetros regulatórios (que incluem estrutura de capital próprio e de terceiros - WACC, operação e manutenção, taxa média anual de depreciação e eventual ingressos de novos ativos, entre outros índices) e a regulamentação específica, além disso, ocorrem reajustes anuais, observando também as alterações de inflação e eventuais reduções por indisponibilidade da rede.

Conforme a Resolução Homologatória - REH nº 3.216 (Reajuste Tarifário Anual), foi estabelecida a RAP pela disponibilização das instalações de transmissão integrantes da rede básica e das demais instalações de transmissão, compreendendo o período de 1º de julho de 2023 a 30 de junho de 2024, com impacto total na RAP da Companhia de 3,94%, fazendo com que a RAP passasse a totalizar R\$28.633.

2.2. Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

A Companhia aplica anualmente em pesquisa e desenvolvimento, nos termos das Leis nº 9.991/2000 e nº 14.120/2021, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria, o montante de, no mínimo, 1% da receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. De acordo com o Despacho ANEEL nº 904/2021, da destinação do P&D, aplicáveis na data base de 31 de agosto de 2020 a 31 de dezembro de 2025 (corrente), 30% serão destinados à Conta de desenvolvimento energético - CDE.

3. BASE DE PREPARAÇÃO

3.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e estão em conformidade com as "International Financial Reporting Standards - IFRS", emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB" e a legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A Administração da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 28 de março de 2024.

3.2. Práticas contábeis

As práticas contábeis materiais da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

3.3. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor, com exceção de determinados ativos e passivos financeiros, que foram mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota explicativa nº 19.1.1.2.

3.4. Uso de estimativa e julgamento

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto a redução ao valor recuperável que é revisada conforme critérios detalhados na nota explicativa nº 3.6.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Análise da redução ao valor recuperável (nota explicativa nº 3.6); Realização dos tributos diferidos (nota explicativa nº 7); Contabilização dos Contratos do Ativo da Contratual, reconhecimento do Ativo Contratual e taxa de desconto (nota explicativa nº 9); e Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros (nota explicativa nº 19.1).

3.5. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.6. Redução ao valor recuperável

A Administração da Companhia revisa o valor contábil líquido de seus ativos com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, sendo a mesma reconhecida em contrapartida do resultado.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo a mesma também reconhecida no resultado.

Ativos financeiros e contratuais

São avaliados no reconhecimento inicial com base em estudo de perdas esperadas e quando há evidências de perdas não recuperáveis. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que, eventualmente, tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativos não financeiros

A revisão dos valores de ativos não financeiros da Companhia é efetuada pelo menos anualmente, ou com maior periodicidade se a Administração da Companhia identificar que houve indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos não financeiros, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, após proceder com esta avaliação dos ativos não financeiros, a Administração da Companhia concluiu, após avaliar os indicadores internos e externos, que não foram identificados fatores de desvalorização dos seus ativos.

3.7. Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

a) Adoção de novas normas e interpretações

As alterações e revisões de normas emitidas pelo IASB com efeito a partir de 1º janeiro de 2023 não produziram impactos significativos nas demonstrações financeiras, das quais destacam-se as seguintes normas:

- Pronunciamento técnico CPC 50 - Contratos de seguros
- Pronunciamento técnico CPC 32 - Tributos sobre o Lucro
- Pronunciamento técnico CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações contábeis
- Pronunciamento técnico CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro

b) Novas normas e interpretações ainda não vigentes

A partir de 1º de janeiro de 2024, estarão vigentes os seguintes pronunciamentos. A Companhia não realizou a adoção antecipada destes pronunciamentos, e não espera impactos significativos quando da adoção destas normas.

- Pronunciamento técnico CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas
- Pronunciamento técnico CPC 18 (R2) - Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou "Joint Venture"

- Pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa
- Pronunciamento técnico CPC 06 (R2) - Arrendamentos
- Pronunciamento técnico CPC 26: Apresentação das Demonstrações Financeiras

Em relação aos normativos em discussão no Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC ou com data de vigência estabelecida em exercícios futuros, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

4. EVENTOS SIGNIFICATIVOS NO EXERCÍCIO

4.1. Reajustes tarifário

Em 04 de julho de 2023, foi homologada a Resolução Homologatória - REH nº 3.216, estabelecendo as Receitas Anuais Permitidas - RAP pela disponibilização das instalações de transmissão integrantes da rede básica e das demais instalações de transmissão, compreendendo o período de 1º de julho de 2023 a 30 de junho de 2024, atualizado monetariamente com base no IPCA, cujo impacto foi de 3,94% de reajuste para a Companhia, conforme mencionado na nota explicativa nº 2.1.

4.2. Manutenção do ICSD Ajustado superior a 1.2x

No exercício de 2023, a avaliação do índice ao término do período revelou um valor de 1.4x, superando o limite mínimo exigido de 1.2x. Diante disso, não se faz necessária a realização de aportes de capital adicionais. De acordo com a Escritura da 1ª Emissão de Debentures Simples e o Instrumento Particular de Suporte Financeiro e outras Avenças, celebrados em 2018, o ICSD deve ser apurado anualmente e o valor igual ou superior a 1,2x. Caso o ICSD mínimo não seja atingido, o acionista deverá aportar recursos financeiros suficientes para honrar o cumprimento do ICSD. O não aporte de recursos decreta o vencimento antecipado das Debentures.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Bancos conta movimento	4.295	80
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	-	17.676
	<u>4.295</u>	<u>17.756</u>
Total	<u>4.295</u>	<u>17.756</u>

As aplicações financeiras de curto prazo, são referentes aos saldos das contas de livre movimentação

Essas aplicações financeiras, quando ocorrem, referem-se substancialmente a Certificado de Depósito Bancário - CDB, remunerados a taxa média de 100% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI em 2023 e de 99% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI em 2022.

Os ganhos ou perdas decorrentes de variações desses ativos são apresentados na demonstração do resultado em resultado financeiro no exercício em que ocorrem (nota explicativa nº17). A variação entre 2022 e 2023 é derivada da liquidação parcial de contrato de Mútuo da Companhia com a HRZ Transmissão e Participações efetivada em janeiro de 2023.

6. DISPONIBILIDADE DA REDE ELÉTRICA

O saldo de Disponibilidade da rede elétrica em 31 de dezembro de 2023 de R\$ 3.633 (R\$ 2.754 em 31 de dezembro de 2022), em sua totalidade, refere-se ao faturamento de RAP. A RAP remunera o investimento na Linha de Transmissão e os serviços de Operação e Manutenção.

Os saldos são totalmente vincendos e são reconhecidos inicialmente ao valor justo, pelo valor faturado, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, ajustados ao valor presente e deduzidas das reduções ao valor recuperável, quando aplicável, incluindo os respectivos impostos de responsabilidade tributária da Companhia.

Conforme requerido pelo pronunciamento técnico CPC 48 - Instrumentos financeiros, é efetuada uma análise criteriosa do saldo de Concessionárias e, de acordo com a abordagem simplificada, quando necessário, é constituída uma Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD, para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. Os valores vencidos em aberto em 2023 não são relevantes para constituição de PECLD.

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Concessionárias	3.633	2.754
Total	3.633	2.754

6.1. Movimentação da disponibilidade da rede elétrica

	<u>31/12/2022</u>	Títulos emitidos	Recebimentos	<u>31/12/2023</u>
Concessionárias	2.754	29.907	(29.028)	3.633
Total	2.754	29.907	(29.028)	3.633

6.2. Vencimentos

	<u>31/12/2023</u>
A vencer	2.559
Vencidos até 30 dias	119
Vencidos de 31 a 179 dias	518
Vencidos a mais de 180 dias	437
Total	<u>3.633</u>

7. TRIBUTOS DIFERIDOS

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
PIS e COFINS	8.722	8.554
Imposto de renda e contribuição social	7.360	7.241
	16.082	15.795

7.1. PIS e COFINS

Refere-se ao PIS e COFINS diferidos reconhecidos sobre a receita com alíquota de 3,65% (Lucro Presumido, regime cumulativo).

	2023		2022	
	PIS	COFINS	PIS	COFINS
Natureza dos créditos				
Ativo contratual	238.947	238.947	235.111	235.111
Impostos diferidos (PIS 0,65% E COFINS 3%)	1.553	7.168	1.528	7.053

7.2. Imposto de renda e Contribuição social

São registrados sobre a receita bruta considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições do pronunciamento técnico CPC 32. São reconhecidos de acordo com a transação que os originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativos e passivos, são apresentados pela sua natureza e o valor total é apresentado pelo montante líquido após as devidas compensações, conforme requerido pelo pronunciamento técnico CPC 32.

7.3. Composição

	31/12/2023		31/12/2022	
	IRPJ Diferido	CSLL Diferido	IRPJ Diferido	CSLL Diferido
Natureza dos créditos				
Ativo de contrato	238.947	238.947	235.111	235.111
Base de presunção (IRPJ 8% e CSLL 12%)	19.116	28.674	18.809	28.213
Impostos diferidos	4.779	2.581	4.702	2.539

8. PARTES RELACIONADAS

	Relacionamento	Duração	Passivo		Resultado	
			31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
HRZ Transmissão e Participações S.A.	Controladora	20/04/2022 à 20/04/2026	6.003	18.650	(842)	(1.520)
			6.003	18.650	(842)	(1.520)

Em 18 de abril de 2022, a Companhia firmou contrato de mútuo com sua controladora HRZ Transmissão e Participações S.A., no montante de R\$17.040, com prazo de vencimento de 48 (quarenta e oito) meses, vencendo portanto, em 20 de abril de 2026. Sobre o valor total liberado, incidem juros remuneratórios correspondentes a 100% do CDI. Durante 2023, parte do mútuo foi liquidado, permanecendo um saldo de R\$6.003.

	Valor líquido em 31/12/2022	Pagamentos	Adições	Juros provisionados	Valor líquido em 31/12/2023
Principal	17.040	(11.675)	-	-	5.365
Juros	1.520	(1.724)	-	842	638
Total	18.560	(13.399)	-	842	6.003
	Valor líquido em 31/12/2021	Pagamentos	Adições	Juros provisionados	Valor líquido em 31/12/2022
Principal	-	-	17.040	-	17.040
Juros	-	-	-	1.520	1.520
Total	-	-	17.040	1.520	18.560

9. ATIVOS DA CONCESSÃO

De acordo com os pronunciamentos técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente (IFRS 15), CPC 48 - Instrumentos Financeiros (IFRS 9) e com a interpretação técnica ICPC 01 (R1) (IFRIC 12) - Contratos de Concessão, os ativos da infraestrutura enquadrados nesta interpretação não podem ser reconhecidos como ativo imobilizado uma vez que se considera que o concessionário não controla os ativos subjacentes, sendo reconhecidos de acordo com um dos modelos contábeis previstos na interpretação, dependendo do tipo de compromisso de remuneração do concessionário assumido junto ao concedente.

A Companhia é remunerada por meio: (i) da RAP, instituída pelo Poder Concedente e cobrada dos usuários da Rede Básica, que é composta por uma parcela que remunera o ativo contratual constituído (investimento realizado nas construções das instalações de transmissão) e por uma parcela que remunera a operação e a manutenção da rede de transmissão.

O modelo estabelece que a receita do contrato de concessão seja reconhecida de acordo com os critérios do pronunciamento técnico CPC 47. Nesse sentido, a Companhia reconhece receita de construção da infraestrutura da concessão com margem proporcionalmente ao avanço da obra pelo método do custo, considerando cumprimento da performance requerida pelo contrato de concessão.

Com isso, o ativo tem a natureza de “ativo de contrato” até a emissão mensal da permissão de faturamento da RAP pelo ONS, quando o montante correspondente é reclassificado para o Ativo Financeiro. Isto porque a Companhia ainda detém obrigações contratuais de desempenho a cumprir durante a concessão. Além da Receita de Construção da Infraestrutura da Concessão, a RAP contém a função de remunerar o serviço de O&M. A formação do ativo contratual das transmissoras é uma estimativa contábil, sendo as premissas utilizadas pela Companhia apresentadas na nota explicativa nº 16 - Receita.

De acordo com pronunciamento técnico CPC 47, a avaliação de redução ao valor recuperável de ativos contratuais deve seguir os requisitos do pronunciamento técnico CPC 48 - Instrumentos financeiros, onde é efetuada uma análise criteriosa do saldo dos Ativos da Concessão e, de acordo com a abordagem simplificada, quando necessário, é constituída uma Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD, para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. A Companhia considera que não está exposta a um elevado risco de crédito, conforme critérios detalhados na nota explicativa nº 21.2.5.

A movimentação no exercício é a seguinte:

	Valor líquido em 31/12/2022	Remuneração	RAP	Valor líquido em 31/12/2023
Ativo de contrato	235.111	27.115	(23.279)	238.947
	<u>235.111</u>	<u>27.115</u>	<u>(23.279)</u>	<u>238.947</u>
Circulante	25.083			24.103
Não circulante	210.028			214.844
	235.111			238.947

10. DIVIDENDOS

Os dividendos e os juros sobre o capital próprio - JSCP são reconhecidos como passivo nas seguintes ocasiões: (i) JSCP imputados aos dividendos: quando aprovados pelo Conselho de Administração; (ii) dividendos mínimos obrigatórios: quando do encerramento do exercício, conforme previsto no estatuto social da Companhia, eventualmente deduzidos do JSCP já declarados no exercício; (iii) dividendos adicionais: quando da sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária - AGO; e (iv) dividendos intermediários e de exercícios anteriores: quando da aprovação pelo Conselho de Administração ou Assembleia Geral.

Os créditos de juros sobre o capital próprio são inicialmente registrados em despesas financeiras para fins fiscais e, concomitantemente, revertidos dessa mesma rubrica em contrapartida do patrimônio líquido. A redução dos tributos por eles gerados é reconhecida no resultado do exercício quando do seu crédito.

Em 31 de dezembro de 2023, foi apurado o montante de R\$2.352, referente aos dividendos mínimos obrigatórios, calculados em 25% sobre o lucro auferido do exercício de 2023. O valor de dividendos mínimos, juntamente com o montante de reservas de lucros a realizar, tem expectativa de serem pagos de acordo com disponibilidade de caixa da Companhia.

11. DEBÊNTURES

Agente Fiduciário	Tipo de emissão	Quantidade de títulos	Valor unitário	Valor total	Data da emissão	Vigência do contrato	Finalidade	Custo da dívida	Forma de pagamento	Garantias
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Instrução CVM nº 476/09	115.000	1	115.000	1ª emissão em 15/05/2018	15/05/2018 a 15/05/2033	Implementação do projeto de linha de transmissão e subestação do lote 24 do leilão 13/2015-ANEEL	IPCA + 7,0267 % a.a.	Principal e juros semestral a partir de maio/2021	a. Fiança Corporativa do controlador; b. alienação fiduciária das ações.
(-) Custos de emissão				(7.774)						
Total				107.226						

11.1. Composição do saldo das Debêntures

	Não			Não		
	Circulante	circulante	Total	Circulante	circulante	Total
Debêntures	13.135	103.366	116.501	13.256	110.104	123.360
(-) Custos de transação	(920)	(2.036)	(2.956)	(675)	(3.352)	(4.027)
Total	<u>12.215</u>	<u>101.330</u>	<u>113.545</u>	<u>12.581</u>	<u>106.752</u>	<u>119.333</u>

As debêntures são demonstradas pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva. O valor total de acordo com as características mencionadas acima é de R\$116.501 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 123.360 em 31 de dezembro de 2022).

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia encontra-se em pleno atendimento em relação à apuração do índice de cobertura de dívida (ICSD), que totalizou 1.4x, acima do mínimo exigido de 1.2x, não necessitando de nenhum aporte de capital adicional, conforme nota explicativa nº 4.2.

11.2. Movimentação das debêntures

	Valor líquido em 31/12/2022	Pagamentos	Juros provisionados	Amortização do custo da transação	Variação monetária	Valor líquido em 31/12/2023
Principal	123.360	(20.871)	8.382	-	5.630	116.501
Custo de transação	(4.027)	-	-	1.071	-	(2.956)
Total	<u>119.333</u>	<u>(20.871)</u>	<u>8.382</u>	<u>1.071</u>	<u>5.630</u>	<u>113.545</u>

	Valor líquido em 31/12/2021	Pagamentos	Juros provisionados	Amortização do custo da transação	Variação monetária	Valor líquido em 31/12/2022
Principal	129.493	(22.303)	8.896	-	7.274	123.360
Custo de transação	(4.773)	-	-	746	-	(4.027)
Total	<u>124.720</u>	<u>(22.303)</u>	<u>8.896</u>	<u>746</u>	<u>7.274</u>	<u>119.333</u>

11.3. Vencimento das parcelas

Circulante	
2024	<u>13.135</u>
Circulante	<u>13.135</u>
Não Circulante	
2025	12.693
2026	13.240
2027	11.826
2028 até o vencimento	<u>65.607</u>
Não circulante	<u>103.366</u>
Total	<u>116.501</u>

12. PROVISÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

	Depósitos vinculados				Provisões	
	Ativo				Passivo	
	Não circulante		Circulante		Não circulante	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Depósitos judiciais cíveis	4.333	4.398	-	-	-	-
Licenças ambientais	-	-	393	-	-	393
Provisões cíveis	-	-	-	-	5.601	5.804
	<u>4.333</u>	<u>4.398</u>	<u>393</u>	<u>-</u>	<u>5.601</u>	<u>6.197</u>

12.1. Depósitos Judiciais

Este saldo refere-se aos depósitos judiciais atrelados aos processos de desapropriação referente a construção da linha de transmissão.

12.2. Provisões com risco de perda provável

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

	Provisões		
	Passivo		
	Não circulante		
	31/12/2022	Reversões	31/12/2023
Provisões cíveis	5.804	(203)	5.601
	<u>5.804</u>	<u>(203)</u>	<u>5.601</u>

Provisões cíveis

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante diversos tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações.

As obrigações são mensuradas pelo desembolso que seria exigido para liquidá-las na data das demonstrações financeiras. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente com o auxílio dos assessores jurídicos da Companhia.

Referem-se, em sua totalidade, a processos relativos a indenizações a título de desapropriações propostas pela Companhia para a construção da linha de transmissão.

12.3. Risco de perda possível

Existiam processos de natureza trabalhista e cível em 31 de dezembro de 2022, cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão. Em 31 de dezembro não foram identificados processos dessas naturezas estimados como possível de perda, demonstrados a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Cíveis	-	63
	<u>-</u>	<u>63</u>

12.4. Licenças ambientais

Refere-se a provisões dos custos necessários para atribuição das licenças prévias, de instalação e de operação, relativos às exigências efetuadas pelos órgãos competentes. Estes custos estão associados ao Projeto Básico Ambiental - PBA ou são adicionais a este, onde os principais itens são o reflorestamento de áreas, aquisição e regularização de áreas rurais e urbanas, recomposição e melhoria da infraestrutura viária, elétrica e sanitária e a implantação de unidades de conservação.

Em 4 de dezembro de 2018 foi emitida pelo IEMA a Licença de Operação - LO nº 186/2018, válida por 6 anos a contar da data da assinatura, sendo a Companhia responsável por requerer sua renovação no prazo de 120 dias antes de sua expiração.

A Companhia segue a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. Além do cumprimento desta legislação, que é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, a Companhia investe em ações socioambientais focadas no desenvolvimento sustentável.

socioambientais contribuindo para a gestão dos riscos operacionais e regulamentares da Companhia, e foram alocados para o passivo circulante em função do prazo de expiração das licenças, que ocorre em dezembro de 2024.

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

13.1. Capital social

O Capital social em 31 de dezembro de 2023 é de R\$11.689 (R\$11.689 em 31 de dezembro de 2022) totalmente subscrito integralizado, representado por 1.000 (1.000 em 31 de dezembro de 2022) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, integralmente detidas pela HRZ Transmissão e Participações S.A.

As ações ordinárias são classificadas como Capital Social e deduzidas de quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações, quando aplicável.

13.2. Destinação do lucro

O lucro líquido apurado em cada exercício será deduzido, antes de qualquer destinação, de prejuízos acumulados e destinado sucessivamente e na seguinte ordem:

- (i) 5% serão aplicados na constituição da Reserva Legal que não excederá 20% do Capital social.
- (ii) 25% serão destinados ao pagamento de dividendos.
- (iii) o saldo remanescente, após atendidas as disposições anteriores, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral.

Conforme descrito no item (ii) acima, as ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da lei, podendo a ele ser imputado o valor dos Juros sobre o capital próprio - JSCP pagos ou creditados, individualmente aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, integrando o montante dos dividendos a distribuir pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei nº 9.249/95, e regulamentação posterior.

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Lucro a ser destinado:		
Lucro líquido apurado no exercício	9.407	11.568
Nº de ações da Companhia	11.689	11.689
Lucro por Ação	0,80	0,99
Destinação do lucro:		
Dividendos mínimos	2.352	2.892
Reserva de lucros a realizar	<u>7.055</u>	<u>8.676</u>
	9.407	11.568

13.3. Reservas de lucros

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Reservas de lucros		
Legal	2.338	2.338
Reserva de lucros a realizar	<u>79.215</u>	<u>72.160</u>
	<u>81.553</u>	<u>74.498</u>

Reserva legal

Uma vez que a reserva legal atingiu o limite de 20% do capital social, conforme previsto na Lei das S.A.s, não houve alocação do lucro do exercício para essa reserva, em 2023 e 2022.

Reserva de lucros a realizar

A alocação nessa reserva ocorre para refletir o fato de que a realização financeira do lucro destas operações ocorrerá em exercícios futuros, de acordo com o fluxo de caixa da Companhia.

14. RECEITA

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que: (i) os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador; (ii) for provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a entidade; (iii) os custos associados possam ser estimados de maneira confiável; e (iv) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

As receitas da Companhia representam a alocação da RAP determinada no contrato de concessão. São mensuradas conforme as obrigações de desempenho identificadas no contrato com o cliente, sendo os principais critérios de reconhecimento e mensuração apresentados a seguir:

- **Receita de Operação e Manutenção (O&M)**

A receita de O&M é reconhecida mensalmente, a partir da data que a Companhia está autorizada a operar comercialmente, como uma obrigação de desempenho que é atendida pela operação e manutenção da linha de transmissão. Esta receita é calculada com base nos montantes de custos previstos para atendimento ao contrato de concessão e a expectativa de performance de O&M.

A margem da obrigação de performance de O&M para a formação desta receita é uma estimativa contábil, sendo que em 31 de dezembro de 2023 é de 28% (R\$3.528 de Receita de O&M e R\$2.299 de Custo de O&M realizados).

- Remuneração dos Ativos da concessão

O contrato de concessão possui um componente de financiamento significativo, uma vez que o prazo de recebimento pela construção da infraestrutura é de longo prazo (30 anos). Dessa forma, conforme requerido pelo pronunciamento técnico CPC 47, a remuneração do ativo contratual é calculada com base na taxa média de financiamento do projeto no momento da formalização do contrato de concessão com o Poder Concedente sobre o saldo do ativo contratual.

O ofício-circular SEP nº 01/2020 orienta que a remuneração contratual deve ser feita pela taxa implícita remanescente do ativo, após a alocação das margens de construção e O&M da concessão. No entanto, ainda conforme a orientação, a taxa deve ficar próxima ao padrão de mercado de financiamento.

A taxa de remuneração do ativo contratual da Companhia representa 12,30% a.a. (em bases nominais) para todo o período de Concessão e é baseada em estudos internos e em seu próprio modelo de negócios. Nesse sentido, conforme o julgamento da Companhia, a taxa residual deve representar um ponto entre o custo médio ponderado do capital e a taxa de contratação de dívida, ambos valores nominais e antes dos impostos.

As eventuais alterações no custo médio ponderado de capital promovidos pela ANEEL nos processos de Reajuste ou Revisão Tarifária, com respectivo impacto na RAP, terão seus efeitos apropriados no resultado do exercício em que a modificação tarifária for homologada pelo órgão regulador.

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Remuneração do ativo contratual	27.115	23.329
Receita de Operação e Manutenção (O&M)	3.528	4.077
Parcela Variável - IPCA	-	6.426
Receita CCT (i)	3.100	2.206
Receita operacional bruta	<u>33.743</u>	<u>36.038</u>
PIS/COFINS	(1.249)	(1.328)
P&D	(295)	(275)
Outros encargos	(107)	(101)
(-) Deduções à receita operacional	<u>(1.651)</u>	<u>(1.704)</u>
Receita Operacional Líquida	<u><u>32.092</u></u>	<u><u>34.334</u></u>

(i) Receita CCT (Contrato de Conexão ao Sistema de Transmissão).

15. CUSTO DE OPERAÇÃO

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Gerenciáveis		
Material	-	(184)
Serviços de terceiros	(2.174)	(1.415)
Depreciação - Ativos de direito de uso	-	(3)
Outras	(125)	(104)
Total	<u><u>(2.299)</u></u>	<u><u>(1.706)</u></u>

15.1. Remuneração dos administradores

A Companhia não possui pagamentos de remuneração do pessoal-chave da Administração no exercício findo em 31 de dezembro de 2023. A remuneração da Administração da Companhia é paga HRZ Transmissão e Participações e pela HRZ Transmissão Maranhão I, que são repassadas para cada uma das SPEs através de compartilhamento de custos. Não há nenhuma obrigação adicional de pagamento de benefícios pós-emprego, bem como não oferecem outros benefícios de longo prazo, tais como licença por tempo de serviço e outros benefícios por tempo de serviço. Também não são oferecidos outros benefícios no desligamento de seus membros da alta administração, além daqueles definidos pela legislação trabalhista vigente no Brasil.

16. DESPESAS E RECEITAS OPERACIONAIS

As despesas e receitas operacionais são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de PIS e COFINS, quando aplicável; (ii) com base na associação direta da receita; e (iii) quando não resultarem em benefícios econômicos futuros.

Conforme requerido no artigo 187 da Lei nº 6.404/76, a Companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração do Resultado por função, ou seja, os gastos são segregados entre custos e despesas conforme sua origem e função desempenhada na Companhia.

Na segregação entre custos e despesas, são considerados os seguintes critérios: (i) Custos: contemplam os gastos diretamente vinculados à prestação do serviço; e (ii) Despesas operacionais: são os gastos relacionados à administração da Companhia representando diversas atividades gerais atribuíveis as fases do negócio tais como pessoal administrativo, remuneração da administração, e provisões judiciais, regulatórias e administrativas.

Segue abaixo o detalhamento das despesas e receitas operacionais, de acordo com a sua natureza, conforme requerido pelo pronunciamento técnico CPC 26 (R1):

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Gerenciáveis		
Pessoal, Adm e entidade de previdência privada	(111)	(178)
Serviços de terceiros	(527)	(1.154)
Material	(2)	-
Arrendamentos e aluguéis	(63)	(61)
Outras (i)	<u>(98)</u>	<u>(1.030)</u>
Total	<u>(799)</u>	<u>(2.425)</u>

(i) Os valores registrados nesta rubrica se referem às despesas de comunicação, viagens, taxas de cartórios e à atualização de despesas com contingências cíveis.

17. RESULTADO FINANCEIRO

	2023	2022
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras e cauções	882	1.782
Juros e variações monetárias	16	-
(-) Tributos sobre Receitas financeiras	-	28
	<u>898</u>	<u>1.810</u>
Despesas financeiras		
Juros com partes relacionadas	(842)	(1.520)
Juros e Encargos s/ Debêntures	(18.303)	(16.988)
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	-	(158)
Juros e variações monetárias	(47)	(49)
	<u>(19.192)</u>	<u>(18.715)</u>
	<u>(18.294)</u>	<u>(16.905)</u>

18. IMPOSTOS DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O imposto de renda e a contribuição social correntes registradas no resultado no exercício de 2023 são calculados conforme sistemática do lucro presumido, cujas bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social foram apuradas às alíquotas de 8% e 12%, respectivamente, aplicadas sobre o montante da receita bruta segundo a legislação vigente. Sobre a base de cálculo, para o imposto de renda, são aplicadas as alíquotas de 15%, acrescida de 10% sobre o que exceder R\$ 60 trimestrais e a contribuição social corrente calculada à alíquota de 9%, de acordo com as disposições do pronunciamento técnico CPC 32. São reconhecidos de acordo com a transação que os originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativos e passivos, são apresentados pela sua natureza e o valor total é apresentado pelo montante líquido após as devidas compensações, conforme requerido pelo pronunciamento técnico CPC 32. No exercício de 2023 o registro foi efetuado pelo Lucro Presumido, segue a conciliação da alíquota efetiva:

	31/12/2023		31/12/2022	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receita Operacional Bruta	2.322	3.483	2.166	3.256
Receitas Financeiras	897	897	1.800	1.800
Base de cálculo	<u>3.219</u>	<u>4.380</u>	<u>3.966</u>	<u>5.056</u>
Alíquotas vigentes	15%	9%	15%	9%
IRPJ e CSLL apurados	(483)	(394)	(595)	(455)
Ajuste decorrente do adicional de 10% do IR	(298)	-	(373)	-
Imposto de renda e contribuição social	<u>(781)</u>	<u>(394)</u>	<u>(967)</u>	<u>(455)</u>
Alíquota efetiva - %	2,69%	1,36%	3,57%	1,68%

19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado através de sistemas operacionais integrados.

A administração dos riscos associados a estas operações incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado e previsão de fluxos futuros.

19.1. Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Instrumentos financeiros são baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, a certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento, da entrega de caixa, ou título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação.

A baixa pode acontecer em função de cancelamento, pagamento, recebimento, transferência ou quando os títulos expirarem.

19.1.1. Classificação dos instrumentos financeiros

Segue abaixo a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros da Companhia:

	Nota	Níveis	Valor Justo		Valor Contábil	
			31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ativos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
Aplicações financeiras	5	Nível 2	-	17.756	-	17.756
			-	17.756		17.756
Custo amortizado						
Bancos conta movimento	5	Nível 2	4.295	-	4.295	-
Disponibilidade da rede elétrica	6	Nível 2	3.633	2.754	3.633	2.754
			7.929	20.509	7.929	20.509
Passivos Financeiros						
Custo amortizado						
Fornecedores		Nível 2	899	906	899	906
Debêntures	11	Nível 2	113.545	119.333	113.545	119.333
			114.444	120.239	114.444	120.239

19.1.1.1. Ativos financeiros

Na análise para a classificação dos ativos financeiros a Companhia avalia os seguintes aspectos: (i) o modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros; e (ii) as características do fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, os ativos financeiros são classificados e mensurados conforme descrito abaixo:

- Custo amortizado

Se a Companhia, conforme seu modelo de negócio, possui a intenção de manter o ativo financeiro para receber fluxos de caixa contratuais e se eles constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.

- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

Se a Companhia, conforme seu modelo de negócio, possui a intenção de receber os fluxos de caixa contratuais, tanto pela manutenção quanto pela venda do ativo financeiro, e se eles constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.

- Valor justo por meio do resultado (VJR)

Se a Companhia possui um ativo financeiro que não se enquadra na classificação de custo amortizado ou VJORA ou quando a Companhia deseja eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes.

19.1.1.2. Passivos financeiros

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, como regra geral, os passivos financeiros são classificados e mensurados como custo amortizado.

Os passivos financeiros apenas serão classificados como VJR se forem:

- (i) Derivativos.
- (ii) passivos financeiros decorrentes de ativos financeiros transferidos que não se qualificaram para desreconhecimento.
- (iii) contratos de garantia financeira.
- (iv) compromissos de conceder empréstimo em taxa de juros abaixo do praticado no mercado.
- (v) contraprestação contingente reconhecida por adquirente em combinação de negócios.

A Companhia também poderá classificar um passivo financeiro como VJR quando:

- (i) a Companhia desejar eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes; ou
- (ii) o desempenho de um passivo financeiro é avaliado com base no seu valor justo de acordo com uma estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento fornecidas internamente pela Administração da Companhia.

19.1.2 Valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Para apuração do valor justo, a Companhia projeta os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, inclusive para taxas pós-fixadas, e utiliza como taxa de desconto o Depósito Interbancário - DI futuro divulgado pela B3, exceto quando outra taxa for indicada na descrição das premissas para o cálculo do valor justo, e considerando também o risco de crédito próprio da Companhia e da Contraparte, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 46. Este procedimento pode resultar em um valor contábil diferente do seu valor justo principalmente em virtude de os instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares.

As operações com instrumentos financeiros da Companhia que apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo são decorrentes do fato destes instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado das debêntures, licenças ambientais e arrendamentos e aluguéis diferem do seu valor contábil.

As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos dos instrumentos financeiros, que diferem do valor contábil, são divulgadas a seguir levando em consideração os prazos e relevância de cada instrumento financeiro:

- (i) Debêntures: são mensurados por meio de modelo de precificação aplicado individualmente para cada transação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto, incluindo o risco de crédito.

- (ii) Licenças ambientais: é concedida pelo órgão ambiental para autorizar a operação ou descomissionamento do empreendimento ou atividade, com o estabelecimento de condicionantes e a autorização para a execução de planos, programas e projetos de prevenção, mitigação, recuperação, restauração e compensação de impactos ambientais. O saldo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente pela taxa que corresponde ao custo médio de capital (WACC) atual; e

19.1.2.1 Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros

A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia:

- (a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.
- (b) Nível 2 - preços diferentes dos negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente.
- (c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, classificados como valor justo por meio do resultado, foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento. Não houve alteração nas classificações dos níveis de Instrumentos financeiros no exercício.

19.2. Gestão de riscos

A Companhia possui as seguintes políticas: Código de Conduta, Política Antissuborno e Anticorrupção, Política de Relacionamento com Terceiros e Política de Condução de Investigação Interna. Além disso, implementou comitês trimestrais de Operação, ESG e Financeiro e reuniões de Conselho também trimestrais que discutem, entre outros, os assuntos de integridade dos negócios. Os Comitês e reuniões de Conselho possuem membros da investidora Actis (grupo investidor da Companhia), com sede em Londres. Os principais riscos acompanhados estão descritos a seguir:

19.2.1. Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros.

A Debênture captada pela Companhia, apresentada na nota explicativa nº 11, possui regras contratuais para os passivos financeiros fundamentalmente atrelados ao risco de mercado associados ao IPCA.

Deve-se considerar que a Companhia está exposta a oscilação da inflação, podendo ter um custo maior na realização dessas operações.

19.2.2. Riscos ambientais

As atividades da Companhia podem causar significativos impactos negativos e danos ao meio ambiente. A legislação impõe àquele que direta ou indiretamente causar degradação ambiental o dever de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados. Os custos de recuperação do meio ambiente e indenizações ambientais podem obrigar a Companhia a retardar ou redirecionar investimentos em outras áreas. Contudo, a Companhia assegura o equilíbrio entre os riscos relacionados com as alterações climáticas, impactos sociais, a conservação ambiental e o desenvolvimento de suas atividades, estabelecendo diretrizes e práticas observadas nas operações que reduzem os riscos de impacto ao meio ambiente, mantendo o foco no desenvolvimento sustentável, responsabilidade social e preservação ambiental de seu negócio.

19.2.3. Análise de sensibilidade

A Companhia efetua a análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros.

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia.

Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

Operação	Risco	Saldo da exposição	Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)
			Provável	Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%	Redução do risco em 25%	Redução do risco em 50%
Debêntures	IPCA	(113.545)	(5.246)	(6.557)	(7.869)	(3.934)	(2.623)
Exposição líquida		(113.545)	(5.246)	(6.557)	(7.869)	(3.934)	(2.623)

As curvas futuras dos indicadores financeiros estão em acordo com o projetado pelo mercado e alinhadas com a expectativa da Administração da Companhia.

Os indicadores tiveram seus intervalos conforme apresentado a seguir: IPCA entre 2,31% e 4,62% a.a.

19.2.4. Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações.

A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia estão demonstrados nas rubricas: (i) Caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 5), sendo o Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata e os Equivalentes de caixa correspondentes às aplicações financeiras de liquidez imediata que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa; e (ii) Disponibilidade da Rede Elétrica, que corresponde à parcela da RAP mensal recebida, à medida que o serviço de operação e manutenção é prestado.

A Companhia também gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2023, incluindo principal e juros, considerando a data mais próxima em que a Companhia espera liquidar as respectivas obrigações.

	31/12/2023					31/12/2022	
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total	Total
Passivos financeiros							
Fornecedores	899	-	-	-	-	899	906
Outras contas a pagar - Partes relacionadas	-	-	-	6.003	-	6.003	18.560
Debêntures	638	1.275	5.739	30.610	75.282	113.545	119.333
	<u>1.537</u>	<u>1.275</u>	<u>5.739</u>	<u>36.613</u>	<u>75.282</u>	<u>120.447</u>	<u>138.799</u>

19.2.5. Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade de a Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está principalmente relacionada às rubricas abaixo:

- Caixa e Equivalentes de caixa

A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base em políticas corporativas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

A Companhia opera apenas com instituições financeiras cuja classificação de risco seja no mínimo A na agência Fitch Ratings (ou equivalente para as agências Moody's ou Standard & Poor's). Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 todas as aplicações financeiras da Companhia encontraram-se em instituições financeiras com "rating" de crédito AAA.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

19.2.6. Riscos de crédito

A Companhia mantém Contratos de Prestação de Serviço de Transmissão - CPST junto ao Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, regulando a prestação de seus serviços vinculados aos usuários da rede básica, com cláusula de garantia bancária, que assegura os recebimentos e mitiga o risco de inadimplência.

Outra importante fonte de risco de crédito é associada às aplicações financeiras. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base nas políticas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

19.2.7. Riscos regulatórios

As atividades da Companhia são regulamentadas e fiscalizadas pelas agências reguladoras (ANEEL) e demais órgãos relacionados ao setor (MME, ONS, etc.). A Companhia tem o compromisso de estar em conformidade com todos os regulamentos expedidos, sendo assim, qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.

A mitigação dos riscos regulatórios é realizada por meio do monitoramento dos cenários que envolvem o negócio.

19.2.8. Gestão de capital

Os objetivos da Administração ao administrar o capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo e manter a liquidez financeira adequada.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, o controlador pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas, emitir novas ações, fazer novos financiamentos ou refinar as dívidas existentes.

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Total debêntures	113.545	119.333
(-) Caixa e equivalentes de caixa	<u>(4.295)</u>	<u>(17.756)</u>
Dívida líquida	<u>109.250</u>	<u>101.577</u>
Total do Patrimônio Líquido Societário	<u>93.242</u>	<u>86.187</u>
Total do capital	<u>202.492</u>	<u>187.764</u>
Índice de alavancagem financeira - %	53,95%	54,10%

20. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

20.1. Atividades de financiamento

Em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, seguem abaixo as mudanças ocorridas nos passivos decorrentes das atividades de financiamento, incluindo os ajustes para conciliar o lucro:

	2023					Saldo em 31/12/2023
	Saldo em 31/12/2022	Efeito caixa		Efeito não caixa		
		Principal	Juros	Varição monetária	Adições / baixas	
Dividendos	12.262	-	-	-	2.352	14.614
Partes Relacionadas	18.560	(11.675)	(1.724)	842	-	6.003
Debentures	119.333	(12.367)	(8.504)	15.083	-	113.545
Aumento (diminuição) de passivos financiamento	150.155	(24.042)	(10.228)	15.925	2.352	134.162

	Saldo em 31/12/2021	Efeito caixa	Varição monetária e cambial	Adições/baixas	Saldo em 31/12/2022
Aumento (diminuição) de passivos financiamentos					
Dividendos	16.253	(6.883)		2.892	12.262
Debêntures	124.720	(22.303)	16.916	-	119.333
Arrendamentos e aluguéis	14			(14)	-
	140.978	(29.186)	16.916	2.878	131.595
Aumento (diminuição) de passivos financiamentos	140.978	(29.186)	16.916	2.878	131.595

20.2. Transações não envolvendo caixa

Em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, as transações de investimento e financiamento que não envolveram o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa.

Todas as atividades de investimento e financiamento que não envolveram movimentação de caixa e, portanto, não estão refletidas em nenhuma rubrica da demonstração do fluxo de caixa, estão demonstradas abaixo:

	2023	2022
Constituição de dividendos a pagar	2.352	2.892
Provisão para custos com licença ambiental no imobilizado, intangível e do ativo contratual		393
Total	2.352	3.285

21. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia tem um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

A avaliação de suficiência dessas apólices não faz parte do escopo dos trabalhos dos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentava as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

	31/12/2023		31/12/2022	
	Valor em risco	Limite máximo de indenização	Valor em risco	Limite máximo de indenização
Subestações	30.167	30.167	39.081	39.081
Responsabilidade civil	(n/a)	20.000	(n/a)	50.000
D&O	(n/a)	20.000	(n/a)	50.000

* * * * *

Daniel Araque
Diretor

Marcelo Vargas
Diretor

Vicente Pinheiro de Lima
Contador CRC: nº 1 SP 290166/O-0